



DIPLOMACIA MEDIEVAL E A RECEPÇÃO AOS VIAJANTES NAS CORTES MONGÓIS

MEDIEVAL DIPLOMACY AND THE TRAVELLER'S RECEPTION IN MONGOL'S COURTS

Jaime Estevão dos Reis*

Universidade Estadual de Maringá – UEM

<https://orcid.org/0000-0001-8170-7478>

jaimcestevaoreis@hotmail.com

Jorge Luiz Voloski**

Universidade Estadual de Maringá - UEM

<https://orcid.org/0000-0003-3799-9578>

jorgeluzvoloski@gmail.com

Sofia Alves Cândido da Silva***

Universidade Estadual de Maringá - UEM

<https://orcid.org/0000-0003-4001-5672>

sofiaalvescandido@hotmail.com

RESUMO: As relações diplomáticas ao longo da Baixa Idade Média assumiram diversas formas, sendo desempenhada por distintos personagens. Tendo em vista a multiplicidade das relações, este artigo se propôs a analisar a diplomacia medieval, com enfoque na recepção aos representantes ocidentais no Oriente. Em específico, nos centramos nos primeiros contatos da Cristandade com os mongóis, transcorridos no século XIII, e em uma das últimas interações, desempenhada no século XV. Para isso, nos baseamos em escritos de viagens redigidos por embaixadores.

PALAVRAS-CHAVE: Diplomacia; medievo; viagem

ABSTRACT: Diplomatic relations throughout the Late Middle Ages took on different forms, being performed by different characters. Considering the multiplicity of relationships, this article

* Doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professor Adjunto da Universidade Estadual de Maringá, Brasil. Trabalha no Departamento de História na área de História Medieval. É membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História (PPH-UEM)

** Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História.

*** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História.

aims to analyze medieval diplomacy, focusing on the reception of Western representatives in the East. Specifically, we focus on the first contacts of Christianity with the Mongols, which took place in the 13th century, and on one of the last interactions, carried out in the 15th century. For this, we rely on travel writings written by ambassadors.

KEYWORDS: Diplomacy; middle ages; travel

INTRODUÇÃO

Entre os pesquisadores que se dedicam ao estudo da diplomacia, há poucas dúvidas acerca da existência de atividades diplomáticas durante o período medieval¹. Da mesma forma, os autores convergem a respeito das distinções entre a diplomacia desenvolvida na Idade Média e as práticas diplomáticas da Idade Moderna. Essas diferenças podem ser exemplificadas com a própria formação das embaixadas, uma vez que no período medieval, a organização de embaixadas ocorria de modo esporádico, de acordo com as necessidades políticas. Por sua vez, na época moderna, há a criação de embaixadas permanentes, sobretudo no cenário italiano após 1450.

Outro exemplo da distinção da diplomacia durante o medievo e na modernidade está no contraste entre as práticas diplomáticas, o que influencia na produção dos documentos. Na Idade Média, devido ao fato de que os contatos entre governantes não são mediados por instituições permanentes, não observamos uma sequência e organização nos arquivos²,consequentemente, nos deparamos com uma escassez de fontes³ (VILLARROEL GONZÁLEZ, 2018). Por outro lado, na Idade Moderna, dentro da administração estatal há o surgimento de serviços dedicados às relações internacionais, fator que gera um aumento na demanda de arquivamento, assim como na produção documental em grande escala.⁴

¹ Neste artigo, conforme explicitado por Stéphane Péquignot (2011), compreendemos a diplomacia de forma ampla, como “[...] todas as atividades de representação, trocas e negociações políticas, realizadas em nome de um poder com outros poderes [...]” (PÉQUIGNOT, 2011, n.p., *e-book*, tradução nossa).

² Isso ocorre, pois, conforme explica Folker Reichert, em finais da Idade Média, “los gobernantes no se comunicaban entre si en el marco de instituciones duraderas, sino mediante los viajes de sus enviados” (REICHERT, 2007, p. 197).

³ “A falta de um arquivo organizado e estável no período da Baixa Idade Média faz com que tudo que concerne à organização interna dos aparatos administrativos régios sejam conhecidos, em várias ocasiões, de maneira superficial ou por fontes parciais no que diz respeito ao conteúdo (não enquanto o objetivo)” (VILLARROEL GONZÁLEZ, 2018, p. 119, tradução nossa). Na mesma direção, Stéphane Péquignot (2011) afirma que este problema também pode ser observado na França, em Castela e em Portugal, tanto em razão da falta de um registro sistemático, quanto devido à destruição das fontes.

⁴ De acordo com Stéphane Péquignot (2011), a produção de documentos que tratam acerca da diplomacia ocorreu de modo processual e “Graças à progressiva difusão do uso do papel, à crescente preocupação com o arquivamento por parte dos poderes que faziam uso intenso da palavra escrita para governar,

Para o estudo da diplomacia medieval, entre as fontes disponíveis, destacam-se os escritos de viajantes. Estes registros apresentam informações importantes a respeito da prática diplomática, como: troca de presentes; proteção dos enviados em territórios longínquos; recepção nas cortes distantes etc⁵. Desta forma, de acordo com Douglas Mota Xavier de Lima (2018),

[...] pelas características informativas que estruturam os *relatos de viagem*, o gênero mostra-se de grande contribuição para o estudo da diplomacia em finais do medievo, período em que se amplia, por exemplo, o número de diários e outros relatos de embaixadas. O gênero possibilita ainda problematizar os caminhos e meios de transporte utilizados pelas comitivas, as composições das embaixadas, os ritmos das viagens e dos tratos diplomáticos, as estratégias de negociação, as trocas de presentes, as recepções e hospedagens oferecidas aos embaixadores, os lugares do reino e da corte onde ocorriam as negociações, as festas e demais celebrações relacionadas à diplomacia, a circulação e coleta de informações e, no limite, a forma como o espaço estrangeiro foi descrito pelos viajantes (LIMA, 2018, p. 34, grifos do autor).

Tendo em vista a possibilidade do estudo da diplomacia medieval tomando como base os relatos de viagens, no presente artigo, objetivamos compreender as diferentes formas de relações diplomáticas na Baixa Idade Média (circunscritas ao Ocidente, e entre o Ocidente e o Oriente). Em meio a amplitude de possibilidades, nossa análise centrou-se na compreensão da recepção dos representantes ocidentais no Oriente. Para isso, dividimos o estudo em dois momentos: o primeiro trata acerca dos contatos iniciais entre a Cristandade e os mongóis, transcorridos ao longo do século XIII, cujos textos de João de Pian del Carpini, *História dos Mongóis*, de Guilherme de Rubruc, *Itinerário* e de Marco Polo, *O livro das maravilhas*, nos auxiliam no entendimento do tema central do artigo.

Por sua vez, o segundo momento consiste nas últimas relações entre a Europa e os mongóis, ocorridas no começo do século XV. Para tal estudo, terá importância a obra *Embajada a Tamorlán*, a qual narra o itinerário da embaixada castelhana liderada por Ruy González de Clavijo, enviada por Enrique III e recepcionada na Corte do imperador turco-mongol Temür.

graças também a uma melhor conservação, os documentos que iluminam as relações diplomáticas tornam-se então mais numerosos [...]” (PÉQUIGNOT, 2011, n.p., *e-book*, tradução nossa).

⁵ Como esclarece Folker Reichert, mesmo as relações diplomáticas não sendo contínuas, mas obedecendo às necessidades, percebemos que “existían, de todos modos, reglas y rituales por las que se regían las relaciones entre los impérios” (REICHERT, 2007, p. 197).

A DIPLOMACIA EM FINAIS DA IDADE MÉDIA

Os estudiosos da diplomacia, ainda que com divergências, aceitam a divisão elaborada por Cahier (1965). Este autor seccionou em quatro períodos a “história da diplomacia”, sendo eles: da Antiguidade ao século XV; do século XV ao Congresso de Viena (1815); do Congresso de Viena à Conferência de Versalhes (1919); e da Conferência de Versalhes aos dias atuais (CAHIER, 1965 apud SILVA & GONÇALVES, 2010).

Nesse sentido, a partir da compreensão de que há distinções entre a diplomacia praticada nos diferentes períodos comentados acima, nos aproximamos das reflexões de Óscar Villarroel González (2010) sobre as relações diplomáticas na Idade Média. O autor declara que:

[...] não há dúvidas a respeito da diplomacia ser muito anterior ao que poderia ser denominado como [...] relações internacionais e que, certamente, em períodos muito anteriores ao século XV, se desenvolveram atividades que podem ser perfeitamente interpretadas como diplomáticas. (VILLARROEL GONZÁLEZ, 2010, n.p., *e-book* tradução nossa)⁶

A diplomacia medieval caracteriza-se pela variedade de instituições e grupos que se relacionam entre si. Nos séculos XIII e XIV, por exemplo, impérios, cidades, ducados, reis, grandes nobres feudais, universidades, ordens militares e eclesiásticos enviavam, formalmente, agentes diplomáticos (LIMA, 2016; PÉQUIGNOT, 2011; MATTINGLY, 1955). Isso ocorre paralelamente ao fortalecimento do poder régio, o qual iria se estabelecer de maneira exclusiva no campo da diplomacia, com a formação dos Estados.

A multiplicidade das relações permite com que façamos uma divisão didática entre: atividades diplomáticas circunscritas ao Ocidente e as que eram realizadas entre o Ocidente e o Oriente. Internamente, podemos inferir que a necessidade das relações diplomáticas no Ocidente medieval vincula-se à renovação de tratados de paz, ao estabelecimento ou manutenção de alianças, à organização de matrimônios e até mesmo à preparação para guerras. De acordo com Stéphane Péquignot:

A exemplo da Guerra dos Cem Anos, muitos conflitos deram origem a embaixadas e conferências de paz. O Grande Cisma se reflete no envio de delegações imponentes e na reunião de conselhos para os quais se

⁶ “No cabe duda de que la diplomacia es muy anterior a lo que se podría denominar [...] como relaciones internacionales, y que ciertamente en periodos muy anteriores al siglo xv, incluso, se desarrollaron labores que pueden perfectamente interpretarse como diplomáticas” (VILLARROEL GONZÁLEZ, 2010, n.p., *e-book*).

reúnem embaixadores de toda a cristandade. (PÉQUIGNOT, 2011, n.p., e-book, tradução nossa)⁷

Assim, no contexto medieval ocidental, as negociações poderiam ser atribuídas à diferentes personagens. As “Visitas Reais” e encontros régios eram empreendidos por dois ou mais soberanos, os quais reuniam-se para a assinatura de tratados, estabelecimento de alianças e matrimônios (LIMA, 2016). Stéphane Péquignot (2009) declara que esta modalidade é mais usual nos séculos que compreendem a Alta Idade Média e a Idade Média Central, entretanto, Douglas Mota Xavier de Lima (2016), propõe que esses encontros também são observados na Baixa Idade Média, especialmente, nas relações entre os reinos ibéricos.

Em contrapartida, há as relações diplomáticas estabelecidas por meio de enviados dos reis, papas, imperadores, duques etc. Nestes casos, os indivíduos responsáveis não possuíam uma profissão fixa de embaixadores ou diplomatas, pois a diplomacia medieval não se caracteriza por ser permanente, e sim por seu caráter *ad hoc*. Além disso, não havia um “[...] órgão da administração central responsável pela gestão dos assuntos externos, sendo a figura do embaixador uma criação circunstancial e temporalmente definida” (LIMA, 2016, p. 42).

Desta forma, poderiam desempenhar atividades diplomáticas: nobres, mercadores, clérigos, oficiais dos reis, dentre outros. Suas missões também eram variadas e poderiam ter finalidades como: representar alguém em uma cerimônia, negociar tratados ou entregar mensagens. Os cargos ocupados, momentaneamente, por esses personagens davam a eles diferentes poderes e implicavam em objetivos distintos. A título de exemplo, podemos citar algumas das definições apresentadas por Garret Mattingly (1955) no decorrer de sua obra⁸: o termo embaixador (*ambassador*), utilizado por Bernard du Rosier (1436) em seu livro, designava os agentes diplomáticos, enviados por grandes poderes; já os procuradores (*procurator*) seriam responsáveis pelas negociações, contudo, não poderiam falar pela pessoa que os havia enviado; no caso dos nuncios (*nuntii*), tais indivíduos eram mensageiros que falavam por seus respectivos soberanos, porém, não possuíam poder para negociar (MATTINGLY, 1955).

⁷ “À l'exemple de la guerre de Cent Ans, de nombreux conflits suscitent ambassades et conférences de paix. Le Grand Schisme se traduit par l'envoi de délégations imposantes et la réunion de conciles où se pressent des ambassadeurs venus de toute la chrétienté.” (PÉQUIGNOT, 2011, n.p. e-book)

⁸ Donald Queller (1967) apresenta em seu livro, *The office of ambassador in the Middle Ages*, outros termos e o contexto de sua utilização. A despeito das diferenças, os termos poderiam ser utilizados de maneira ambígua. Em algumas ocasiões, conforme apontado por Villarrol González (2018), os indivíduos eram nomeados para vários cargos, a exemplo de um enviado de Alfonso X, personagem chamado de “*missaticum, legatum, ambaxiatorem, nuntium et procuratorem*.”

A diferença entre os cargos pode ser explicada por uma mudança na política medieval durante os séculos XII e XIII, ocasião em que houve um aumento no uso das leis romanas. De acordo com Jeremy Black (2010), essa alteração pode estar ligada à possibilidade de atribuir a determinadas pessoas, poderes para desempenhar certas tarefas. “De uma perspectiva legal, tornou-se possível nomear um procurador (*procurator*), o qual possuía um mandato que definia seus poderes de negociação” (BLACK, 2010, p. 24, grifos do autor, tradução nossa).⁹ Donald Queller (1967) defende que essa novidade se configura como um ponto de virada importante na diplomacia medieval. Uma vez que os procuradores poderiam negociar e concluir as negociações em nome das pessoas que eles representavam, diferentemente dos nuncios. Em contrapartida, no século XV, os *ambassiatores* e os *oratores* detinham uma maior liberdade quando comparados aos procuradores (PÉQUIGNOT, 2011). Nesse sentido, partindo das proposições de Queller (1967), podemos observar uma evolução na capacidade jurídica dos indivíduos que compunham o quadro da diplomacia medieval.¹⁰

Algumas fontes da Idade Média apresentam os requisitos necessários para a escolha dos responsáveis por intermediar as questões diplomáticas.¹¹ De acordo com Óscar Villarroel González (2018), no século XIII, Fernando III, rei de Castela e Leão ordenou a tradução da obra *Poridat de poridades*.¹² Neste tratado há informações acerca dos *mandaderos*, indivíduos que deveriam ser os olhos, ouvidos e transmissores das palavras dos reis, nos lugares em que os soberanos não poderiam comparecer. Esses enviados reais eram encarregados por dizer “nem mais nem menos” do que lhes havia sido incumbido. Com isso, para escolhê-los, os reis deveriam estar atentos aos membros de sua corte fossem leais, apresentassem um bom conhecimento e entendimento (PSEUDO-ARISTÓTELES, 2010).

⁹ “As a formal legal act, it became possible to appoint a proctor (*procurator*) who had a mandate which defined his powers to negotiate” (BLACK, 2010, p.24).

¹⁰ Stéphane Péquignot (2011) enfatiza que os nuncios são o ponto de partida para observarmos essa evolução.

¹¹ Tais fontes não tratam exclusivamente acerca da diplomacia. A primeira obra que aborda a temática de maneira exclusiva foi redigida por Bernard du Rosier em 1436 e intitula-se *Ambaxiator brevilogus prosaico moralique dogmate pro felici et prospero ducatu circa ambaxiatis insistencium excerptus* (VILLARROEL GONZÁLEZ, 2010).

¹² Trata-se de uma obra traduzida do árabe. Tradicionalmente, sua autoria é atribuída à Aristóteles, o qual teria redigido o tratado para Alexandre, o Grande. Dentre os temas presentes nesse livro estão, por exemplo: conselhos sobre como governar, propriedades mágicas das pedras relacionadas à astrologia (lapidário) e conselhos medicinais. (BIZZARRI, 2010).

Outro exemplo é a obra de Alfonso X, *Siete Partidas*¹³, que apresenta na Segunda Partida, lei 21 do título IX, uma definição de quais atributos os enviados reais (*mandaderos*¹⁴) deveriam ter, além disso, há outras instruções no decorrer do livro, em passagens de natureza legislativa (PÉQUIGNOT, 2015). Ao nos basearmos nas normas presentes nas *Siete Partidas*, é possível definirmos algumas das qualidades essenciais aos “diplomatas”. Deveriam ser eloquentes (*de buena palabra*) para conseguir transmitir o que era necessário; inteligentes; de boa linhagem; serem capazes de guardar segredos (PARTIDA II, T. IX, L. XXI, 1807). Stéphane Péquignot (2015) propõe que o *mandadero* que possuía tais atributos, em especial, os que eram portadores da “palavra do rei”, podem ser qualificados como embaixadores. Nesse sentido, estes personagens se diferenciam dos indivíduos que apenas transmitiam cartas. Do mesmo modo, Óscar Villarroel González (2018) afirma que:

[...] com o avanço do período medieval ocorre uma tomada de consciência de quais deveriam ser os valores a se ter em vista na hora de eleger um embaixador, começando pela *sabedoria* e pelo *conhecimento*, básicos para o desenvolvimento de seus trabalhos. (VILLARROEL GONZÁLEZ, 2018, p. 126, grifos nossos, tradução nossa)¹⁵

A sabedoria e o conhecimento poderiam ser adquiridos em formações universitárias, mas não de maneira exclusiva. No artigo *La formación de los diplomáticos en la Castilla bajomedieval*, Óscar Villarroel González (2018) conclui que, estudar em universidades não era um requisito fundamental para a diplomacia castelhana do início do século XV. Entretanto, por vezes, tais enviados possuíam algum tipo de formação (*bachilleres, maestros, licenciados e juristas*). Além disso, vários nobres e prelados eram selecionados para o exercício do ofício, o que corrobora com a noção de que pertencer a uma boa linhagem influenciava na possibilidade de estar a serviço dos reis. Outro ponto destacado pelo o autor é que, mesmo não havendo obrigatoriedade na formação universitária, este elemento adquiriu um peso maior na escolha de embaixadores, conforme o avanço da Idade Média (VILLARROEL GONZÁLEZ, 2018).

De maneira convergente, Francisco de Paula Cañas Gálvez (2010) aponta que uma das alterações no reino de Castela acerca da diplomacia em fins do medievo, é a

¹³ Óscar Villarroel González (2018) enfatiza a possível influência de *Poridad de poridades* na obra de Alfonso X.

¹⁴ Nas *Siete Partidas* há uma definição do termo *mandaderos*. “Denomina-se *mandaderos* aqueles que o rei envia a alguns homens, aos quais não pode dizer seu nome por palavra ou não pode ou não quer enviar cartas; e estes têm um ofício muito grande e honrado [...]” (PARTIDA II, T. IX, L. XXI, 1807).

¹⁵ “[...] según avanza el periodo medieval va tomando clara conciencia de cuáles deben ser los valores a tener en cuenta a la hora de elegir un embajador, empezando por la sabiduría y el conocimiento, básicos para el desarrollo de sus labores.” (VILLARROEL, GONZÁLEZ, 2018, p. 126)

mudança na escolha dos personagens indicados como representantes diplomáticos. Com o desenvolvimento da chancelaria, destacam-se novos cargos: escribas da câmara, *refrendarios*¹⁶ e secretários, sendo estes últimos, os

[...] autênticos e mais emblemáticos embaixadores da realeza, desempenhando de uma maneira progressiva as missões [...]. Sua ampla *formação jurídica*, seu conhecimento da burocracia e da administração da Coroa e a própria liberdade de ação do ofício lhes havia convertido em uma ferramenta especialmente útil [...]. (CAÑAS GÁLVEZ, 2010, p. 714, grifos nossos, tradução nossa)¹⁷

Assim como a tomada de consciência a respeito dos atributos que os representantes diplomáticos deveriam ter, as normas que envolviam as práticas diplomáticas também são partilhadas no Ocidente cristão. Um destes elementos é a ideia de proteção aos embaixadores, que também era acompanhada por imunidades e privilégios. Para isso, os representantes deveriam portar cartas de crença e salvo-condutos.

De acordo com Stéphane Péquignot (2011),



[...] a existência e defesa de valores compartilhados [...] [os quais] garantem a proteção dos mensageiros. Os ataques à sua integridade física são, portanto, raros e, além disso, eles são assegurados por salvo-condutos cada vez mais padronizados. (PÉQUIGNOT, 2011, n.p., *e-book*, tradução nossa)¹⁸

Além da proteção aos embaixadores, as regulamentações ordenavam a forma como os representantes deveriam ser recebidos, as cerimônias necessárias e como eles deveriam se portar em seus destinos, dentre outras questões. Tendo em vista as proposições de Douglas Mota Xavier de Lima (2018), podemos afirmar que existiam diferenças entre as viagens que eram consideradas “solenes” (dirigidas ao papa, para tratados de tréguas e organização de matrimônios, por exemplo) e os empreendimentos “comuns” (para o cumprimento de questões protocolares, como o envio de representantes às festas).

Para Margaret Wade Labarge (2017),

¹⁶ Responsáveis pelos documentos reais.

¹⁷ “[...] autênticos y más emblemáticos embajadores de la realeza desempeñando de una manera progresiva las misiones [...] Su amplia formación jurídica, su conocimiento del entramado burocrático y administrativo de la Corona y la propia libertad de acción del oficio les había convertido en una herramienta especialmente útil [...]” (CAÑAS GÁLVEZ, 2010, p. 714).

¹⁸ “[...] l’existence et la défense de valeurs partagées [...] garantissent la protection des messagers. Rares sont donc les atteintes à leur intégrité physique, assurée de surcroît par des sauf-conduits de plus en plus standardisés.” (PÉQUIGNOT, 2011, n.p., *e-book*).

[...] a distância e a solenidade do recebimento dependem da categoria social do embaixador, da importância de quem envia e da gravidade do assunto que será tratado, embora qualquer missão adquira uma maior relevância quando uma pessoa de alto nível é eleita para realizá-la. (LABARGE, 2000, p. 177, tradução nossa)¹⁹

As cerimônias de recepção poderiam iniciar com o acolhimento ou espera dos embaixadores fora das cidades. Ao chegarem, os representantes diplomáticos eram anunciados e recepcionados por membros das elites urbanas e conselheiros reais, por exemplo. Conforme eram encaminhados aos seus destinos (à corte, às reuniões ou aos aposentos), seus trajetos eram seguidos por um cortejo. No momento em que estavam em frente aos seus objetivos, isto é, em frente às pessoas com quem deveriam conversar, iniciava-se a realização das saudações, da apresentação das credenciais e, posteriormente, começavam a tratar a respeito dos assuntos para os quais eles haviam sido enviados. Por vezes, os negócios propriamente ditos eram deixados para um segundo encontro e, em algumas situações, os embaixadores poderiam participar de banquetes e festas (PÉQUIGNOT, 2011; LIMA, 2018).

No que se refere às relações diplomáticas entre o Ocidente e o Oriente, nosso enfoque será em alguns dos embaixadores que possuíam a missão de entrar em contato com os mongóis. Conforme exposto por Andréa Doré (2000), as ações diplomáticas entre a Cristandade e os mongóis surgiram, principalmente, como iniciativa da Europa. Além da derrota para os muçulmanos, os cristãos do Ocidente sentiam-se ameaçados por um povo pouco conhecido, os mongóis. Assim, em 1243 ocorrem as primeiras tentativas de negociação e trocas de embaixadas com estes novos personagens no cenário ocidental. Tais iniciativas são tomadas após o papa Inocêncio IV assumir a Igreja e retomar o objetivo mal cumprido de seus precedentes, ou seja, estabelecer a *Cristiana Repubblica* (DORÉ, 2000).

A despeito da inexistência de uma permanência ou institucionalização nas relações entre soberanos e impérios durante o período medieval, de acordo com Folker Reichert (2007), podemos observar certas regras e rituais nas recepções dos embaixadores, assim como supracitado. Isto também ocorre na prática diplomática entre a Cristandade e os mongóis. Desta forma, de maneira geral:

¹⁹ “[...] la distancia y la solemnidad del recibimiento dependen de la categoría social del embajador, de la importancia de quien lo envía y de la gravedad del asunto que se va a tratar, si bien cualquier misión adquiere mayor relieve al elegir a una persona de elevado rango para llevarla a término.” (LABARGE, 2000, p.177).

Os enviados disfrutavam, por norma, de proteção e segurança, já que eram considerados invioláveis e dotados de imunidade. Era oferecido alojamento conforme as normas da hospitalidade e eram atendidos por intérpretes. Ocorria um intercâmbio de presentes. E na maioria dos casos se aceitava tacitamente que os enviados praticassem certo grau de espionagem e informassem na sua volta. Nem todos recebiam o mesmo tratamento. (REICHERT, 2007, p. 197, tradução nossa)²⁰

A diferença no tratamento dos embaixadores dependia, entre outras coisas, da importância política ou militar de seu local de origem, das relações entre as duas regiões, das razões para o envio, dos aspectos culturais na recepção no local de chegada e assim por diante. Observamos referida situação, quando, por exemplo, comparamos os escritos dos enviados da Cristandade para a corte dos Mongóis, começando pelo franciscano João de Pian del Carpini, o qual foi um dos primeiros representantes do Ocidente a viajar ao Extremo Oriente.

Em missão diplomática, após os devastadores ataques mongóis às margens da Cristandade, a missão do franciscano era entregar ao Grande Cã uma carta do Papa na qual o Pontífice argumentava acerca do assassinato de cristãos pelos mongóis. O segundo objetivo de Carpini, que deveria ser desempenhado concomitantemente ao primeiro, era conhecer os invasores. Porém, ao chegar no local destinado, o frade testemunha o processo de entronização de Cuyuc, o qual transcorreu em uma tenda coberta com lâminas de ouro, descrito da seguinte maneira:

Todos tinham o rosto voltado para o Sul; uns estavam distantes dos outros um tiro de pedra e avançavam sempre mais longe, fazendo orações e genuflexões para o Sul. Não sabendo se faziam encantamentos ou dobravam os joelhos para Deus ou para algum outro, não queríamos fazer genuflexões. Tendo feito isso por longo tempo, voltaram para a tenda e puseram Cuyuc no trono imperial; os chefes dobraram os joelhos diante dele, seguidos de todo o povo, exceto nós, que não éramos seus súditos. Depois começaram a beber e, segundo seus costumes, beberam continuamente até a tarde. A seguir, em carrinhos, chegaram carnes sem sal, e deram um pedaço para cada quatro ou cinco pessoas. No interior, porém, ofereceram carnes e caldo com sal como condimento, e isso todos os dias, enquanto se banqueteavam. (CARPINI, 2005, p. 88-89)

²⁰ “Los enviados disfrutaban, por norma, de protección y seguridad, ya que eran considerados inviolables y dotados de inmunidad. Se les ofrecía alojamiento conforme a las normas de la hospitalidad y eran atendidos por intérpretes. Se producía un intercambio de regalos. Y en la mayoría de los casos se aceptaba tácitamente que los enviados practicarán cierto grado de espionaje e informarán a su vuelta. No todos recibían el mismo tratamiento.” (REICHERT, 2007, p. 197)

A referida passagem constitui um dos poucos registros a respeito do processo de eleição dos Cãs mongóis²¹. Este acontecimento influenciou na forma como o franciscano foi recepcionado, pois ele não foi chamado na presença do soberano logo após a sua chegada. De acordo com o monge, isto se deu porque o pretendente “[...] ainda não tinha sido eleito e não se ocupava do império” (CARPINI, 2005, p. 86). Após a nomeação, o embaixador é chamado na presença de Cuyuc, se submetendo aos costumes locais, como dobrar o joelho esquerdo quatro vezes e não tocar nas soleiras inferiores. (CARPINI, 2005, p. 89)

Após o retorno de João de Pian del Carpini, outro monge, Guilherme de Rubruc, é enviado às terras orientais, em 1253. À diferença do enviado pelo Papa, Rubruc recebe a missão de um soberano laico, Luís IX, da França, o qual, nas palavras de J. R. S. Phillips, objetivava “[...] descobrir até que ponto a hostilidade dos mongóis ao mundo mulçumano [poderia] se converter em apoio ativo à Cristandade em um momento decisivo para este no Leste.” (PHILLIPS, 1994, p. 100, tradução nossa)²²

Entre os quase 10 anos que separam as viagens de João de Pian del Carpini e Guilherme de Rubruc, a relação entre a Cristandade e os mongóis sofreu alterações. Antes, causadores de terror, no momento da viagem do enviado de Luís IX, os mongóis eram ser vistos como prováveis aliados. Essa mudança pode ser exemplificada com o fato do primeiro franciscano ter terminado a sua obra incitando uma Cruzada contra os Tártaros. Por sua vez, o segundo, de forma mais modesta, propõe o envio de missões evangelizadoras e de embaixadas às terras localizadas no Oriente.²³

A respeito da recepção de Guilherme de Rubruc na corte do Grande Cã, podemos perceber algumas especificidades que diferenciam as solenidades envolvidas no ato de recepcionar Rubruc, em especial, quando comparamos com empresa de João de Pian del Carpini. Tendo acesso à corte dos mongóis devido ao prestígio e à política interna dos

²¹ Conforme destacado por José A. Ochoa, os escritos de viagens permitem obter em primeira mão informações pertinentes, tanto a respeito de acontecimentos conhecidos, quanto dos poucos documentados e testemunhados pelos itinerantes. (OCHOA, 1990, p. 93-95)

²² “[...] descobrir hasta qué punto la hostilidad de los mongoles hacia el mundo musulmán convertirse en un apoyo a la cristiandad en un momento decisivo para este en él Este.” (PHILLIPS, 1994, p. 100)

²³ Tal fato ocorre, tanto devido a alguns maus entendidos, quanto ao envio de certas embaixadas enviadas ao Ocidente. De acordo com Andréa Doré (2008), três anos após o retorno de João de Pian del Carpini, Luís IX recebe, em Chipre, dois embaixadores nestorianos que propunham, por parte do Imperador Mongól, uma aliança contra os turcos. A resposta do rei foi encarregada ao dominicano André Longjumeau, o qual, no acampamento, encontrou a viúva de Guyuk, que considerou a carta do rei uma prova de submissão.” (DORÉ, 2008, p. 6)

franciscanos²⁴, o embaixador, antes do contato com o soberano, é detidamente interrogado a respeito do assunto que iria tratar. Após alguns dias, foi conduzido à presença de Manguchan, momento em que certas formalidades são descritas:

Colocaram-nos diante da porta da casa, levantaram o feltro que pendia diante dela e, porque era época de Natal começamos a cantar “*A solis ortus cardine, Et usque terrae limitem, Christum principem, Natum Maria Virgine*”. Depois que cantamos o hino, revistaram-nos nas pernas, no peito e nos braços, para saber se tínhamos punhais conosco. Fizeram com que o intérprete tirasse e deixasse fora, sob a custódia de um porteiro, o cinto e o punhal. (RUBRUC, 2005, p. 178)

O ato de cantar o hino antes de entrar e estar, de fato, na presença do soberano é resultante de uma escolha de Guilherme de Rubruc. Este foi questionado sobre sua preferência em reverenciar Manguchan, segundo o seu próprio costume, ou de acordo com os costumes locais. Ao optar pela primeira opção, Rubruc pôde cantar o hino. A despeito do questionamento, a tolerância do Cã diante o franciscano pouco se assemelha com a alegria descrita pelos irmãos Polo, Nicolau e Mafeu:



Quando chegaram à presença do Grande-Cã, este recebeu-os festivamente, com todas as honras e cortesias, tendo sido grande a sua alegria ao vê-los. Fez-lhes várias perguntas sobre muitas coisas, especialmente tudo quanto dizia respeito aos imperadores, de como mantinham o poder e administravam a justiça, como combatiam e, enfim, como viviam e o que faziam; em seguida, logo os interrogou a respeito dos reis, dos príncipes e dos barões. (POLO, 1985, p. 37)

Assim, o Grande Cã recebe com empolgação os mercadores. Curioso, após ouvir sobre o Ocidente, envia a dupla como embaixadores ao Papa. O objetivo desta viagem diplomática era pedir o envio de homens sábios, dotados de um conhecimento que fosse capaz de provar que os ídolos dos mongóis eram demônios. “Encarregou ainda, os dois irmãos de trazerem azeite da lâmpada que alumia o sepulcro de Deus Nosso Senhor, em Jerusalém” (POLO, 1985, p. 38). Portanto, conforme observa Andréa Doré (2007), percebemos a importância dos mercadores no desenvolvimento da diplomacia entre o Ocidente e o Oriente

Desta forma, observamos a descrição nos relatos de viagens de distintas recepções dos viajantes nas terras orientais. As variações nas três situações exploradas podem ser atribuídas ao contexto histórico, à situação da relação entre a Cristandade e os mongóis,

²⁴ De acordo com Antonio García Espada, “(...) el acceso de Fray Guillermo a la corte del gran khan parece tener que ver también con cuestiones de prestigio y de política interna de la orden franciscana.” (GARCÍA ESPADA, 2017, p. 157)

aos objetivos dos deslocamentos, e assim por diante. Nessa direção, no próximo tópico analisaremos a recepção da embaixada enviada por Enrique III, de Castela a Temür, imperador turco-mongol.

A RECEPÇÃO DE TEMÜR AOS EMBAIXADORES DE ENRIQUE III

Um dos elementos que compõem o contexto de envio de embaixadores castelhanos ao imperador turco-mongol, Temür, é a vitória deste sob Bajazeto, em 1402, nas proximidades da cidade de Ancara. Nesta batalha, com a derrota do líder turco-otomano, a Cristandade pôde retomar seus projetos de contatos diplomáticos com os mongóis, haja vista, aqueles serem capazes de derrotar o povo cuja ameaça estava circundando os territórios cristãos.

Partindo desse cenário de possibilidades de uma aliança entre cristãos e mongóis, Enrique III, de Castela (1390 – 1406), organiza uma embaixada composta pelo frade Alfonso Páez de Santa María (*maestro* em teologia), Ruy González de Clavijo (criado do rei) e Gómez de Salazar (guarda real). A partir desta viagem diplomática, que tinha como destino a cidade de Samarcanda, capital do império de Temür, Ruy González de Clavijo redigiu um relato de viagem. Este empreendimento teve seu início no porto de Santa Maria, em 1403 e foi finalizado com o regresso dos viajantes ao reino de seu soberano, na cidade de Alcalá de Henares, em 1406.

Em *Embajada a Tamorlán*, o autor dedica-se à descrição do trajeto percorrido pelos embaixadores castelhanos, os quais eram acompanhados por um representante de Temür, que havia sido enviado pelo líder mongol anteriormente. Dentre os elementos descritos estão: paisagens, cidades, elementos vistos pelos viajantes durante a viagem (igrejas, castelos, animais etc.) e aspectos culturais dos grupos encontrados no decorrer do caminho. Tendo em vista o enfoque deste artigo, isto é, observar a forma pela qual os enviados ocidentais foram recebidos pelos líderes mongóis, nos atentaremos ao momento em que os representantes de Enrique III chegam à corte timúrida.

Ruy González de Clavijo e seus companheiros, após mais de um ano de viagem, conseguem chegar ao destino de seu empreendimento em 30 de agosto de 1404. O cavaleiro de Temür, que acompanhou a viagem dos personagens castelhanos, informou a eles que não seria possível levá-los até a cidade de Samarcanda, sem antes um mensageiro avisar a Temür da chegada da embaixada castelhana. Nesse sentido, parte do processo de recepção aos embaixadores, tanto cristãos como de outras culturas, a exemplo, dos

embaixadores do Sultão da Babilônia, constitui no fato dos enviados aguardarem as ordens de Temür, para que eles pudessem de fato encontrá-lo.

Durante este período de espera, que para os enviados de Enrique III foi de 9 dias, os embaixadores eram acolhidos por representantes do imperador mongol. Estes designavam aposentos específicos para cada embaixada e eram incumbidos de fornecer-lhes comidas e bebidas. Em 4 de setembro, os castelhanos recebem um mensageiro de Temür, o qual informou aos viajantes que o imperador estava ocupado, recebendo os embaixadores de Totamix (Tokhtamish) e por isso, ainda não os havia recepcionado. Como forma de mostrar aos embaixadores, tanto cristãos quanto os representantes advindos da Babilônia, que ele não estava menosprezando a presença dos enviados do rei de Castela, o imperador pede aos seus representantes que fossem realizados uma festa e um jantar para os que estavam aguardando. Após o jantar, os embaixadores castelhanos recebem dois cavalos e uma roupa de *camocan* (*kincob*).²⁵

Além da demora motivada pelos compromissos do imperador, Ruy González de Clavijo afirma que um dos costumes da corte timúrida era o de que o imperador deveria esperar, pelo menos cinco dias, até ver os embaixadores e quanto mais importantes fossem os enviados, mais tempo Temür esperaria para vê-los. Apenas no dia 8 de setembro o líder mongol envia um mensageiro para informar aos embaixadores que eles poderiam ir ao seu encontro.

Com isso, os enviados de Enrique III se deslocam para Samarcanda, e antes de chegarem ao local em que Temür estava, dois representantes do imperador pediram aos embaixadores que todos os pertences destinados ao imperador fossem entregues a eles e, posteriormente, os objetos seriam devolvidos. Tanto o período de espera quanto a exigência de entregar os presentes, podem ser interpretados como uma medida de segurança, na tentativa de prevenir ataques ao imperador. Assim como podemos atribuir à tais costumes, uma forma de demonstração do poderio de Temür, uma vez que, durante os 9 dias, os embaixadores foram bem recepcionados e deveriam aguardar ordens para poderem encontrar o líder mongol.

O encontro entre Temür e os embaixadores de Enrique III ocorreu mediante alguns protocolos. Além da espera e da entrega dos pertences, no trajeto até o imperador, os castelhanos fizeram reverência a um “cavaleiro velho”, filho de uma das irmãs de Temür; reverenciaram os netos do líder mongol, para os quais foi entregue a carta de

²⁵ Era um tecido de seda, com bordados de ouro ou prata.

Enrique III destinada a Temür; por fim, foi necessário que esperassem até que a carta fosse entregue ao imperador:

E assim que os embaixadores viram o Senhor, fizeram reverência, colocando o joelho direito no chão e as mãos no peito, em forma de cruz. E assim foram adiante e fizeram novamente uma reverência, e assim fizeram outra e se mantiveram com o joelho no solo. E o Senhor ordenou que levantassem e se aproximassem. E os cavaleiros que os estavam acompanhando ficaram parados [...]; três *mirazes*,²⁶ que estavam em pé na frente do Senhor, os quais eram os homens de sua maior confiança, [...] acompanharam os embaixadores até que ficassem mais próximos do Senhor e fizeram com que ficassem de joelhos. E o Senhor dizia para que chegassem mais perto; e este pedido era para que pudesse vê-los melhor, [...] e não lhes deu a mão para beijar, aqui não é costume que os grandes Senhores dessem a mão para ser beijada. (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, 1999, p. 259-260, grifo nosso, tradução nossa)²⁷

Neste primeiro contato, Temür recebe a carta enviada por Enrique III, momento em que o frade Alfonso Páez de Santa María pede para o intérprete avisar ao imperador que ele poderia auxiliar na leitura da carta, já que ela estava em latim (LÓPEZ ESTRADA, 1999). De acordo com Ruy González de Clavijo, o líder mongol afirmou que, posteriormente, enviaria alguém para chamá-lo, para que eles lessem a carta em privacidade.

Após esse primeiro momento, Temür organizou a ordem em que os embaixadores recém-chegados e os que já estavam na corte deveriam se sentar. Nesta ocasião, podemos perceber que a localização de cada um dos enviados era guiada por costumes locais. Nesse sentido, o imperador observa que os embaixadores castelhanos estavam situados abaixo do embaixador do imperador Catay, inimigo de Temür, com isso, o líder mongol ordena que eles troquem de lugar. Tal organização dos assentos, de acordo com o autor de *Embajada a Tamorlán*, é mantida nas diversas festas para as quais os embaixadores foram convidados.

Com a distribuição dos lugares, começam a ser trazidas carnes e vários alimentos. Ao final do banquete, inicia-se o processo em que os presentes trazidos pelos vários

²⁶ Trata-se de um título concedido à determinados indivíduos da Corte Timúrida.

²⁷ “[...] e desque los embaxadores vieron al Señor, fizieron la *reverencia* llegando el finojo derecho en el suelo e poniendo las manos en cruz ante los pechos. E desí fueron adelante e fiziéronle outra reverencia, e desí fiziéronle la outra, e estudieron quedos, los finojos em el suelo. E el Señor mandólos levantar e que llegasen delante. E los cavalleros que los tenían por los braços, dexánrolos, [...] três mirazes que ante el Señor estaban en pie, que eran los más privados que él avía, [...] venieron e tomaron a los dichos embaxadores por los braços e leváronlos fasta que fieron juntos con el Señor, e fiziéronles fincar los inojos. E el Señor deziendo que llegasen adelante; e esto cuído que lo fazia por los mirar mejor, [...] e no les diol a mano a besar, ca no lo han por costumbre que a ningund gran Señor besen la mano” (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, 1999, p. 259-260).

embaixadores eram entregues à Temür. Entretanto, assim como era necessário aguardar, pelo menos cinco dias, para que o imperador recebesse os embaixadores, o mesmo era aplicado aos presentes, sendo que o período de espera era de, no mínimo, três dias. Com isso, os presentes enviados pelo Sultão da Babilônia, os quais foram oferecidos no próprio dia, não foram recebidos por Temür. Por sua vez, os objetos enviados por Enrique III foram aceitos, pois haviam sido entregues anteriormente.

O contexto de chegada da comitiva castelhana no território de Temür é de comemoração. O líder mongol havia chegado recentemente de sua “Campanha dos Sete Anos”, expedição militar dedicada a reorganizar territórios que já haviam sido submetidos (Irã), reassumir o controle de certas regiões (Bagdá), lutar contra inimigos recorrentes (turcomanos/Qara Qoyunlu), estender sua campanha ao oeste em direção à Síria (mamelucos) e à Anatólia (otomanos) (MANZ, 1989). Neste sentido, várias festas são presenciadas pelos embaixadores de Enrique III, desde festejos “comuns” até ocasiões em que a corte de Temür comemorava o casamento de um de seus netos.

A reunião privativa com Temür, na qual o frade castelhano iria traduzir a carta enviada por Enrique III, não chegou a acontecer, pois o imperador mongol estava organizando um novo empreendimento, desta vez em direção à China. Além disso, no trajeto de ida ao seu novo objetivo militar, Temür falece, deixando os embaixadores do rei de Castela sem respostas.

Apesar de ter o contato diplomático frustrado, inclusive devido à morte do próprio Enrique III no ano de regresso dos embaixadores, a viagem e, posteriormente, a redação do relato de viagem por Ruy González de Clavijo resultou em uma fonte que fornece diversos elementos da cultura do Império Timúrida, dentre estes, destacamos o processo de recepção aos embaixadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, objetivamos analisar as diferentes formas de relações diplomáticas na Baixa Idade Média. Diante do número pequeno de documentos oficiais produzidos a respeito de tal tema, optamos pelo estudo das obras produzidas pelos embaixadores, os quais, mesmo não se aprofundando em certos aspectos, como as reais motivações para seu envio às terras distantes, apresentam informações importantes para a construção da história da diplomacia medieval.

De modo geral, apresentamos diferenças nas possibilidades de contatos diplomáticos, como nas ocasiões em que os próprios soberanos desempenham as relações

ou nas situações em que indivíduos são escolhidos para representa-los. A partir desta possibilidade de “ser representado”, demonstramos quais os atributos eram importantes na escolha dos responsáveis por serem os “ouvidos, olhos e transmissores das informações”.

Por sua vez, as relações diplomáticas no Ocidente medieval poderiam ser praticadas das duas formas mencionadas acima e, em específico para os reinos ibéricos, as “*Visitas Reais*” mantiveram-se até a Baixa Idade Média. Em contrapartida, ao examinarmos as relações com o Oriente, a norma era o envio de representantes.

No que se refere à recepção dos enviados do Ocidente Cristão na corte dos mongóis, identificamos certa variação. A narração de João de Pian del Carpini, por constituir-se enquanto um dos primeiros contatos entre culturas as duas culturas, apresenta informações a respeito dos receios e das formalidades. Em segundo lugar, observamos a viagem de Guilherme de Rubruc, a qual é envolta em um espírito missionário distinto do primeiro, além disso o viajante era detentor de maior conhecimento a respeito dos mongóis e, com isso, descreve uma recepção influenciada pela tolerância do Grande Cã às diferentes religiões. Enquanto os irmãos Mafeu e Nicolau Polo, descrevem a alegria do Soberano em recebê-los e, posteriormente, nos informam acerca da escolha do Grande Cã de enviá-los como embaixadores à própria Cristandade.

Por fim, a tentativa de estabelecer uma relação diplomática entre Enrique III e Temür, apesar de frustrada pelo falecimento dos dois soberanos, gerou a produção de um relato de viagens que nos informa a respeito da corte timúrida. Dentre os aspectos tratados por Ruy González de Clavijo em seu livro, o representante castelhano detalha os elementos que compunham a recepção aos embaixadores, por parte de Temür. Com isso, demonstramos neste artigo desde normas gestuais no momento do encontro efetivo, até as regras que tentavam preservar a figura do imperador.

Em síntese, neste artigo demonstramos, de modo geral, as possibilidades de relações diplomáticas na Baixa Idade Média. Com isso, partindo de quatro fontes distintas, foi possível observamos de que forma ocorreu a recepção aos ocidentais nas cortes mongóis.

REFERÊNCIAS

FONTES

ALFONSO X. **Las Siete Partidas**. Ed. Real Academia de la Historia, 1807.

GONZÁLEZ DE CLAVIJO, Ruy. **Embajada a Tamorlán**. Madrid: Editorial Castalia, 1999.

POLO, Marco. **O livro das maravilhas**. Tradução Elói Braga Júnior. Porto Alegre, L&PM, 1985.

PIAN DEL CARPINI, João. História dos mongóis. In: **Crônicas de viagem: franciscanos no Extremo Oriente antes de Marco Polo (1245-1330)**. Trad. Intr. e notas de Ildefonso Silveira e Ary E. Pintarelli. Porto Alegre, Bragança Paulista: EDIPUCRS/ Edusf, 2005, p. 9-98.

PSEUDO-ARISTOTELES. **Poridat de las Poridades**. Estudio y edición de Hugo O. Bizzarri. Universitat de València, 2010. Disponível em: <http://parnaseo.uv.es/Editorial/Parnaseo12/Parnaseo12.pdf>. Acesso em: 20/07/2022.

RUBRUC, Guilherme de. Itinerário. In: **Crônicas de viagem: franciscanos no Extremo Oriente antes de Marco Polo (1245-1330)**. Trad. Intr. e notas de Ildefonso Silveira e Ary E. Pintarelli. Porto Alegre, Bragança Paulista: EDIPUCRS/EDUSF, 2005, p. 105-244.

BIBLIOGRAFIA

BIZZARRI, Hugo. Estudio introductorio. In: PSEUDO-ARISTOTELES. **Poridat de las Poridades**. Estudio y edición de Hugo O. Bizzarri. Valencia: Publicacions de la Universitat de València, 2010. Disponível em: <https://parnaseo.uv.es/editorial/Parnaseo12/Parnaseo12.pdf>. Acesso em: 20/07/2022.

CANAS GÁLVEZ, Francisco. de Paula. La diplomacia castellana durante el reinado de Juan II: la participación de los letrados de la cancillería real en las embajadas regias. **Anuario De Estudios Medievales**, 2010, p. 691-722. Disponível em: <https://estudiosmedievales.revistas.csic.es/index.php/estudiosmedievales/article/view/321>. Acesso em: 20/07/2022.

BLACK, Jeremy. **A History of Diplomacy**. London: Reaktion Books Ltd, 2010.

DORÉ, Andrea. Diplomacia e relações comerciais entre o Oriente e o Ocidente: duas experiências do século XIII. **Tempo**, n. 10, p. 1-10, 2000. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg10-8.pdf. Acesso em: 20/07/2022.

DORÉ, Andrea. Relações entre Oriente e Ocidente (séc. XIII-XVIII): mercadores, missionários e homens de arma. **Biblos**, Rio Grande, 21: p. 105-124, 2007. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/837/321>. Acesso em 20/07/2022.

GÁRCIA ESPADA, Antonio. **El imperio mongol**. Madrid: Editorial Síntesis, 2017.

LABARGE, Margaret Wade. **Viajeros medievales**. Los ricos y los insatisfechos. Madrid: Editorial Nerea, 2000.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. Viagens diplomáticas: o rei português à corte de Luís XI. In: FRÓES, Vânia Leite; FREITAS, Edmar Checon de; GONÇALVES, Síval Carlos Mello; COSER, Miriam Cabral; PEREIRA, Raquel Alvitos; CASTRO, Anna Carla Monteiro de (Orgs.). **Viagens e espaços imaginários na Idade Média**. Rio de Janeiro:

Anpuh-Rio, 2018, p. 28-43. Disponível em: https://www.academia.edu/41754373/Viagens_diplom%C3%A1ticas_o_rei_portugu%C3%AAs_%C3%A0_corte_de_Lu%C3%ADs_XI. Acesso em 20/07/2022.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. **A diplomacia portuguesa no reinado de D. Afonso V (1448-1481)**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1861.pdf>. Acesso em 20/07/2022.

LÓPEZ ESTRADA, Francisco. Introducción crítica. In: GONZÁLEZ DE CLAVIJO, Ruy. **Embajada a Tamorlán**. Madrid: Editorial Castalia, 1999.

MANZ, Beatrice Forbes. **The rise and rule of Tamerlane**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

MATTINGLY, Garrett. **Renaissance diplomacy**. Boston: Houghton Mifflin, 1995.

OCHOA, José Antonio. El valor de los viajes medievales como fuentes históricas. **Revista de Literatura medieval**, n.2, Madrid, España, 1990, p. 85-102.

PÉQUIGNOT, Stéphane. **Au nom du roi**: Pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon (1291-1327) [*e-book*]. Madrid: Casa de Velázquez, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/medievales/6882>. Acesso em: 20/07/2022.

PÉQUIGNOT, Stéphane. Les diplomaties occidentales, XIII^e-XV^e siècle. In: **Les relations diplomatiques au Moyen Âge**. Formes et enjeux: XLI^e Congrès de la SHMESP (Lyon, 3-6 juin 2010) [*e-book*]. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2011. Disponível em: <https://books.openedition.org/psorbonne/16382>. Acesso em: 20/07/2022.

PÉQUIGNOT, Stéphane. Les ambassadeurs dans les miroirs des princes en Occident au Moyen Âge In : **De l'ambassadeur**: Les écrits relatifs à l'ambassadeur et à l'art de négocier du Moyen Âge au début du xix^e siècle [*e-book*]. Roma : Publications de l'École française de Rome, 2015. Disponível em: <https://books.openedition.org/efr/2897>. Acesso em: 20/07/2022.

PHILLIPS, John Roland Seymour. **La expansion medieval de Europa**. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1994.

QUELLER, Donald. **The office of ambassador in the Middle Ages**. Princeton, N. J.: Princeton University Press, 1967.

REICHERT, Folker. Los viajes políticos: Embajadores y diplomacia. In: NOVOA PORTELA, Feliciano; RUIZ DE TOLEDO, F. Javier Villalba. (Orgs.). **Viajes y viajeros en la Europa Medieval**. Barcelona, España: Lunwerg Editores y CSIC, 2007, p. 197-227.

SILVA, Guilherme; GONÇALVES, Williams. **Dicionário de Relações Internacionais**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2010.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. La formación de los diplomáticos en la Castilla bajomedieval. **Stud. hist., H.^a mediev.**, n. 36(2), 2018, p. 117-146.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. **El rey y el Papa**: Política y diplomacia em los albores del Renacimiento (Castilla en el siglo XV). [*e-book*]. Espanha: Silex, 2010.

RECEBIDO EM: 28/07/2022
PARECER DADO EM: 18/08/2022



www.revistafenix.pro.br